

16446

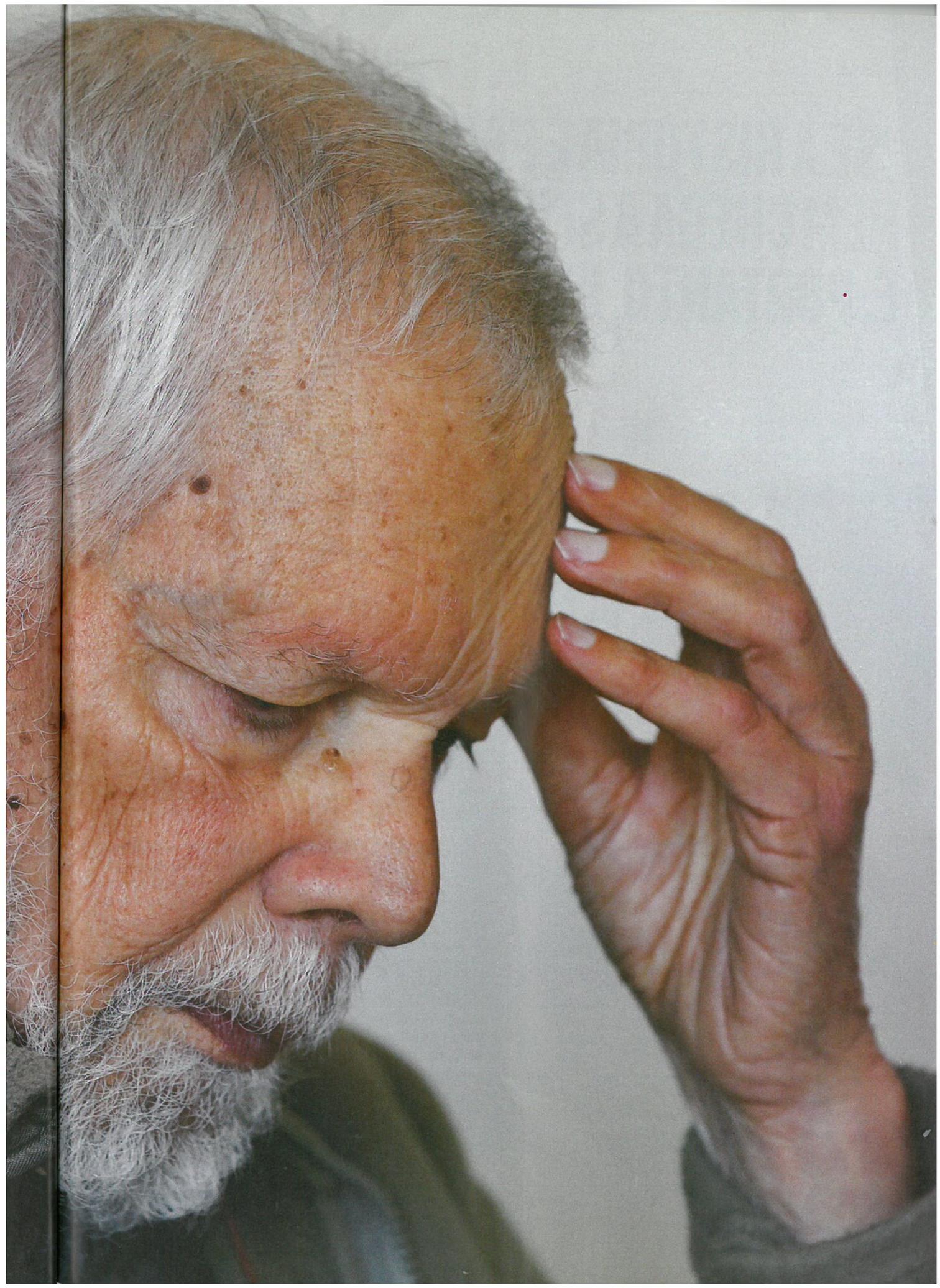
ENTREVISTA

“OS POLÍTICOS NUNCA CONSEGUIRAM OU NÃO QUISERAM UNIR O PAÍS”

José Mattoso

Aos 83 anos, voluntariamente alheado da vida pública, o mais notório historiador português da atualidade abriu as portas de casa à “JN História”. Falou da arte, dele próprio, dos que o rodearam, de Portugal. Uma conversa em tom de entrega.

Textos de **Pedro Olavo Simões** e **Luís Miguel Duarte**
Fotografias de **Leonardo Negrão** / Global Imagens



“SE A HISTÓRIA É PROPAGANDÍSTICA, NEM CHEGA A SER HISTÓRIA. É, PORTANTO, UMA MENTIRA”

048

Se pedirmos à população portuguesa para nomear um historiador, é mais do que provável que José Mattoso surja entre as primeiras escolhas. Não porque todos partilhem da erudição deste brilhante medievalista, não porque ele próprio procure tal visibilidade. Pelo contrário, quem nos recebe, no espartano apartamento onde agora reside, perto de Lisboa, é o monge que nunca deixou de o ser, é o eremita que nunca chegou a sê-lo. Numa longa entrevista, cuja condução foi partilhada com outro medievalista, Luís Miguel Duarte, Mattoso expõe as suas lúcidas reflexões sobre Portugal, a História, a historiografia, sobre ele próprio e alguns daqueles com quem se cruzou. E revela-se, aos 83 anos, a

mais doce e amável das pessoas, que os acasos da vida e da sua demanda interior transformaram numa espécie de herói accidental.

Se lhe pedirmos, hoje, a identificação deste país, qual é a ideia que primeiro lhe ocorre?

Um país à procura do seu destino. Não há meio de o encontrar. A *Identificação de um país*, o livro que escrevi com esse nome, tenta apenas descrever e compreender a primeira fase de uma construção que vai por aí fora, durante muitos séculos. Há coisas que se perdem, outras que se ganham. A identificação nunca é definitiva. Portugal vai sendo...

É a um destino coletivo que se refere? Algo que nos falta?

Não, eu não acredito em nada dessas coisas: a raça, o destino, a missão, a heroicidade, a gesta... É capaz de ser um país muito sofrido, onde as pessoas fazem tudo para poder sobreviver, para conseguirem sobreviver apesar de tudo. Tentam responder ao que a vida lhes pede. As respostas que o destino lhes deu nunca foram definitivas. É tudo uma cadeia...

Um país sofrido por via das circunstâncias ou por algo mais profundo?

Diria algo de mais profundo. Mas é tudo muito complexo. Entre os fatores mais constantes apontaria para o fosso muito grande que sempre existiu entre a base e os dirigentes, os que têm o poder político e económico. Próximo deste fator é, aparentemente, o de se tratar de um país com poucos recursos

e, por isso, não poder corresponder às necessidades que atingem tanto o poder como o povo. Daí a sua permanente insatisfação.

Somos ainda uma nação agarrada aos mitos do passado grandioso ou à expectativa de uma redenção providencial? Um povo congenitamente passivo?

Houve setores da população que participaram de maneira diferente na História. Não acredito na crença unânime nos mitos atribuídos ao país em geral. Considero-os produto da propaganda. Mesmo aqueles que parecem mais permanentes são efémeros, fictícios. Repito que não acredito em nada disso: gesta nacional, missão, nada. As circunstâncias é que levaram a reagir de uma certa maneira. Os portugueses tiveram de seguir aquilo que cada ocasião, cada conjuntura, lhes propunha. Ao dizer que sempre foi um povo "sofrido" queria dizer também que lá se foi "safando" através de muito sofrimento.

A técnica do "desenrasca"...

Sim, vão para o exílio, vão para França, para África... Suportam tudo e sobrevivem.

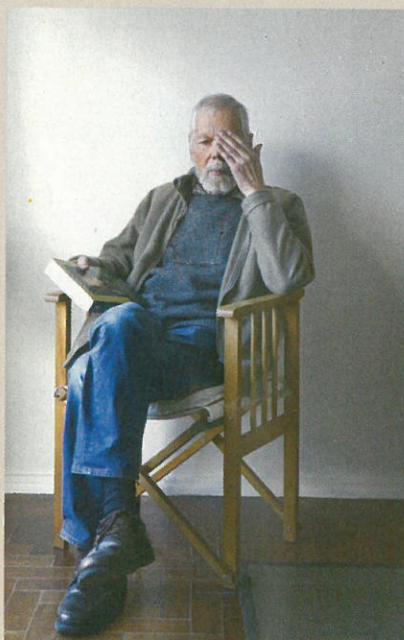
Esses mitos que repudia, como a gesta nacional, ainda se vendem muito bem pela propaganda...

Das duas uma: ou acreditam neles, por ingenuidade, ou sustentam-nos, para provocar a alienação do povo.

Num artigo seu, republicado em "Portugal - O sabor da terra", fala num "país feito de bocados que nada consegue unir" e numa "maioria que, mesmo com diplomas, não consegue sustentar uma produção tecnologicamente competitiva e rentável". Se a batalha da qualificação, em Portugal, tarda em ser ganha, o que poderá unir os tais bocados de que somos feitos?

Os políticos, em Portugal, nunca conseguiram, ou não quiseram verdadeiramente, unir o país. Isso tem que ver com o que dizíamos há pouco acerca do fosso entre ricos e pobres. A classe dominante (ou melhor, a minoria dominante) utilizou, muitas vezes, o processo do "dividir para reinar", ou seja, para atingir os seus desígnios ou as suas necessidades. Por um lado, há aquilo a que chamam a "massa traba-

"O constante desfasamento entre o que esta [a "massa trabalhadora"] consegue fazer e o que seria necessário torna-se um círculo vicioso. Preenche-se o fosso com o "desenrascanço" e não com a competência."



lhadora", à qual não dão condições suficientes para ser tão produtiva como seria necessário num mundo cada vez mais tecnológico. O constante desfasamento entre o que esta consegue fazer e o que seria necessário torna-se um círculo vicioso. Preenche-se o fosso com o "desenrascanço" e não com a competência. Às vezes, com a fraude. Vão aparecendo sempre os de boa vontade, mas o seu número e a sua influência não bastam para alterar o panorama. Veja, por exemplo, a imensa discussão em torno do Ensino Secundário, que continua ainda e não está perto de se resolver. Há uma imensa incapacidade para criar métodos pedagógicos eficazes e os aplicar devidamente. Isto a propósito do fosso sociológico, que é apenas uma parte da fragmentação. O país não se fragmenta. Ele não consegue é unir-se. Não é só o poder central que não tem um projeto eficaz, lógico e fundamentado de unificação, ou que não teve, na altura em que isso era preciso.

De onde vem essa fragmentação?

Acho que é um fenómeno estrutural. O país nasce da associação dos três blocos identificados por Orlando Ribeiro: o Portugal mediterrânico, o Portugal atlântico e o Portugal continental. Creio que os nossos reis perceberam sempre que era preciso unificar. Entre eles D. Afonso III, com projetos administrativos uniformizadores por todo o país, depois continuados pelos reis seguintes. É o que se deduz por exemplo da tese de doutoramento de Luísa Trindade, que estuda a planta das cidades na época de Afonso III.

Pegando na sua "Identificação de um país", não estará, no fundo, a dizer que se o primeiro volume, "Oposição", se nota, o segundo, "Composição", ainda está por fazer até ao fim?

Exatamente. Mas haveria muito para dizer ainda. Não há só a realeza com os seus projetos. Há também, por exemplo, as ordens monásticas e conventuais. Os beneditinos mantêm-se no seu território, o Portugal atlântico; os cistercienses no território de charneira entre o Norte e o Sul. Mas quem circula são os mendicantes, os franciscanos e os dominicanos. Todos eles contribuem à sua maneira, não tanto para unificar, mas para complementar e articular. Mas a "composição" nunca

chegou ao seu destino. Isso vê-se, por exemplo, no Sul, entregue às ordens militares. As ordens militares administram os seus extensos territórios como se fossem colónias. Não os desenvolvem, exploram-nos. Nada disto está, parece-me, devidamente estudado. Mas aqui não queria ser tão categórico. Conheço mal a investigação da época moderna e contemporânea, por isso queria temperar as minhas intuições. De qualquer maneira, parece-me que tudo isto tem muito que ver com as dificuldades que o poder central tem tido nas sucessivas reformas dos municípios que tem tentado fazer. As reformas dos municípios surgem quase sempre em tempo de ditadura... Isso não é uma particularidade portuguesa. Os municípios nunca querem substituir os seus interesses pelos interesses do país. Há atitudes extremamente reacionárias dentro de países progressistas, porque o que os partidos políticos que conseguiram ganhar as eleições na legislatura anterior querem é manter-se no poder.

Nos anos 80, escrevia sobre o maior fascínio pela História em "épocas de uma certa dissolução dos sistemas de valores". Os 30 anos entretanto passados parecem ter aprofundado esse vazio de valores. Concorda?

Sim e não. O vazio pode endurecer as exigências e inflacionar a repressão de doutrinas consideradas perversas. Tenta-se preenchê-lo recorrendo à violência.

Não sei se isso que está a dizer também se sente por alguma adesão aos valores militares, que avulta em momentos em que se pensa que os valores dominantes são o oportunismo, o egoísmo...

Por isso, os fascismos defenderam sempre valores de tipo militar.

Quando fala na "inferioridade historiográfica portuguesa", tal pode enquadrar-se no mesmo cenário da manta de retalhos ou de um progresso que não é linear? E o que é essa inferioridade historiográfica?

Simplificando, diria que a inferioridade historiográfica portuguesa corresponde ao barroco. No século XV, Fernão Lopes traça uma narrativa fascinante, descreve as ações individuais e coletivas com um talento genial, tem

"A História não é uma coisa pragmática. É um modo de compreensão do mundo. Há como que uma iluminação do historiador e do leitor."

uma noção precisa das contradições sociais. Os cronistas seguintes, Zuzana, João de Barros, etc. não atingem o mesmo nível, mas mantêm um domínio seguro da matéria histórica e sabem transformá-la em texto. Por essa mesma época Frei Bernardo de Brito faz da Monarquia Lusitana uma mistura desconcertante de informações objetivas acerca do passado clássico, de inflação retórica de acontecimentos cronísticos, e de patranhas piedosas. Com mais ou menos condimentos, os cronistas das ordens religiosas inventam milagres e multiplicam os santos, mas esquecem ou secundarizam os acontecimentos. Perdem a noção da realidade. Ora, isto acontece no mesmo momento em que Mabillon enuncia os fundamentos da crítica histórica. Passados duzentos anos, em Portugal, o milagre de Ourique continua a crescer, a ganhar pormenores, a anunciar novos D. Sebastões. No fim do século XIX, Oliveira Martins ainda se deixa fascinar pela epopeia na-

cional e comover com a "alma céltica". Só por volta de 1920-1930 começam a aparecer historiadores que sabem o que é a crítica histórica.

Portanto, os problemas começam aí?

Sim, esses cronistas que referem não têm noção da autenticidade, e isso é a base da historiografia. Será que a História é credível?

De que forma é que essas falhas condicionam o trabalho dos investigadores atuais?

O que eles têm, em primeiro lugar, é de cumprir a sua profissão, ou seja, seguir as regras profissionais, que os ensinam a tirar partido dos documentos. Li, recentemente, um artigo de um jovem italiano que está a trabalhar sobre o mosteiro de Lorvão. Com grande perspicácia, consegue, a partir de pequenos indícios, tirar conclusões seguras e resolver um problema difícil. A reação tipicamente portuguesa seria formular uma hipótese verosímil e passar a considerá-la verdade. Mas a História não é assim. É preciso situar os dados documentais no tempo e no espaço, e facultar ao leitor, *ipsis verbis*, as palavras que considera indício do facto histórico que analisa.

Escreveu também que a totalidade do real só pode ser apreendida e transmitida por processos como a elaboração poética. Uma História estritamente científica acaba por ser lacunar?

Não. Quero dizer que não é por processos racionais, pela lógica, nem pela quantificação que se faz essa construção. Em primeiro lugar colecionam-se documentos, dados, materiais. Depois faz-se a História, a partir deles, e com rigoroso respeito pelo seu conteúdo. Assim, escrita, a História é uma representação, não é a realidade. Costumo dizer que não há História de Portugal. Há a História do Mattoso, ou a História do Oliveira Marques, ou a História do Oliveira Martins... A um certo nível, a representação não é a representação do real, mas do imaginário do autor. Parece um bocadinho contraditório com o que dizia há pouco. Mas uma coisa são os materiais, outra o edifício. É aqui, no edifício, que entra o sentido poético.

Ou seja, deve o historiador ter uma certa capacidade de assombramento



para ter sucesso na busca da "espantosa realidade das coisas"?

Sim, claro! A esse nível, é preciso recorrer à linguagem simbólica. Não sei como se faz. É preciso frequentar os poetas, os artistas, os contadores de histórias, os contemplativos, os filósofos, os pensadores... Sem metáforas, sem símbolos, não se consegue dar conta das contradições do real.

Volta a citá-lo: "Só me interessa o presente e a maneira de me movimentar no espaço e no tempo em que vivo". É essa a resposta à sempiterna questão "para que serve a História?": criar uma chave de leitura do presente?

É, mas não diretamente. A História não é uma coisa pragmática. É um modo de compreensão do mundo. Há como que uma iluminação (isto é tudo muito metafórico) do historiador e do leitor, ou seja, do público, a quem ele comunica essa visão do mundo, e aí descobre afinidades e duplos sentidos, interpretações e significados, justifi-

cações de uma ou muitas atitudes para com a realidade. Mesmo de coisas simples, como, por exemplo, aquela lenda do arquiteto da Batalha, Afonso Domingues, que diz, já moribundo, "a abóbada não caiu... a abóbada não cairá". A maneira como Herculano conta a lenda é muito mais eficaz do que uma descrição qualquer. Há uma carga emotiva naquilo: a generosidade de um homem que se sacrifica. Há um homem que acredita naquilo que fez, e isso é mais importante para o público do que uma informação acerca do nome e da data.

A História sempre teve, e terá, uma vertente instrumental, ou propagandística, que é mais facilmente assimilável pelo público. É, por isso, uma ciência perversa?

Se é propagandística, nem chega a ser História. É, portanto, uma mentira.

Mas é vendida como tal...

É evidente. Quem é que não quer per-

suadir os outros com o seu discurso?

É também por isso que mostra algum ceticismo em relação ao trabalho de divulgação?

Não sou nada cético. A História, se não tem alguma coisa de comunicação, de divulgação, pode tornar-se numa espécie de bizarria, como uma coleção de selos. A verdadeira História é uma compreensão. As coisas tornam-se lógicas, tornam-se úteis, tornam-se salvíficas, tornam-se amáveis... Mesmo quando a História nos horroriza com o que o homem é capaz de fazer. A História é para ser comunicada.

Acaba, então, por ser um pouco como a literatura, que só se consuma quando chega a um leitor, é lida e de algum modo entendida?

Perfeitamente. Como a literatura.

"Desporto" ou "aventura exploratória" são expressões que associou à tarefa do historiador. Há uma vertente

te lúdica que escapa à percepção que o público tem dos intelectuais. É assim?

Eu já não acredito no papel do intelectual, como no tempo do Sartre. Primeiro, porque as ideias do intelectual são sempre discutíveis. Segundo, porque quando se tenta pôr em prática as ideias do intelectual sai tudo errado. Mas hoje já não há intelectuais, neste sentido. Temos ainda, digamos, uma relíquia: o Eduardo Lourenço. Mas ele é mais pensador do que intelectual.

...a expressão francesa do "maître à penser": já não há espaço para eles?

Sim e não... Na medida em que o pensador tem uma doutrina, uma tese, e quer que toda a gente a tenha. Ninguém é capaz de cumprir esse papel até às suas últimas consequências, senão teríamos de pensar em Jesus Cristo ou numa personalidade desse género. Mas isso não quer dizer que não sejam necessários pensadores, a um nível menos profundo. São eles que descobrem o fundamento escondido das coisas, o sentido, na História e nas coisas, sentido que não é proposto como uma doutrina, um programa, mas que é oferecido como uma chave. Nesse aspeto, Oliveira Martins é extremamente desigual, às vezes com visões profundas do mundo, outras como numa espécie de descarrilamento mental. Deixa ver se encontro um historiador que me encha as medidas... Fernão Lopes!

Ele não era historiador. Um cronista é historiador? E um Henri Pirenne, não lhe enche as medidas?

Georges Duby, sim, Fernand Braudel também. Ou García de Cortázar. De Jacques Le Goff já não diria tanto, mas ele é muito necessário, é uma espécie de enciclopédia. Mas Duby sabe integrar tudo em textos magníficos.

Ele começou com a tese com que começou, não é?, os campos...

Sim, as regiões naturais. Pode-se discutir o sentido – e o Orlando Ribeiro até faz isso... Atualmente, põem-se muito em causa, como se elas fossem determinantes de alguma coisa. Naquela altura era um ponto de partida. Acho que foi muito bom para a historiografia: recortar um espaço geográfico e fazer um levantamento sistemático dos documentos que lhe dizem

“O pensador tem uma doutrina, uma tese, e quer que toda a gente a tenha. Ninguém é capaz de cumprir esse papel até às últimas consequências, senão teríamos de pensar em Jesus Cristo ou numa personalidade desse género.”

respeito. Estudar não só os acontecimentos, mas também as estruturas: economia, sociedade, etc. O resultado dessa conjugação é uma visão completa da realidade. Isso foi um avanço muito grande. Depois, puseram-se em dúvida algumas dessas associações e, atualmente, não se vai nada por aí.

Temos aqui um dos compêndios de História de Portugal do seu pai, António Gonçalves Mattoso, que tocaram várias gerações de portugueses. Era, também, um instrumento de exaltação do Estado Novo, mas suponho que constitua, para si, um legado importante. Que relação tem com este livro?

Tenho grande admiração e respeito pela memória de meu pai. Acho que era profundamente honesto e teoricamente bastante bem informado, mas um pouco ingénuo. Era sobrinho do bispo da Guarda José Alves Mattoso, que esteve exilado pelo governo republicano por causa da pastoral dos bispos contra a lei da separação. Depois,

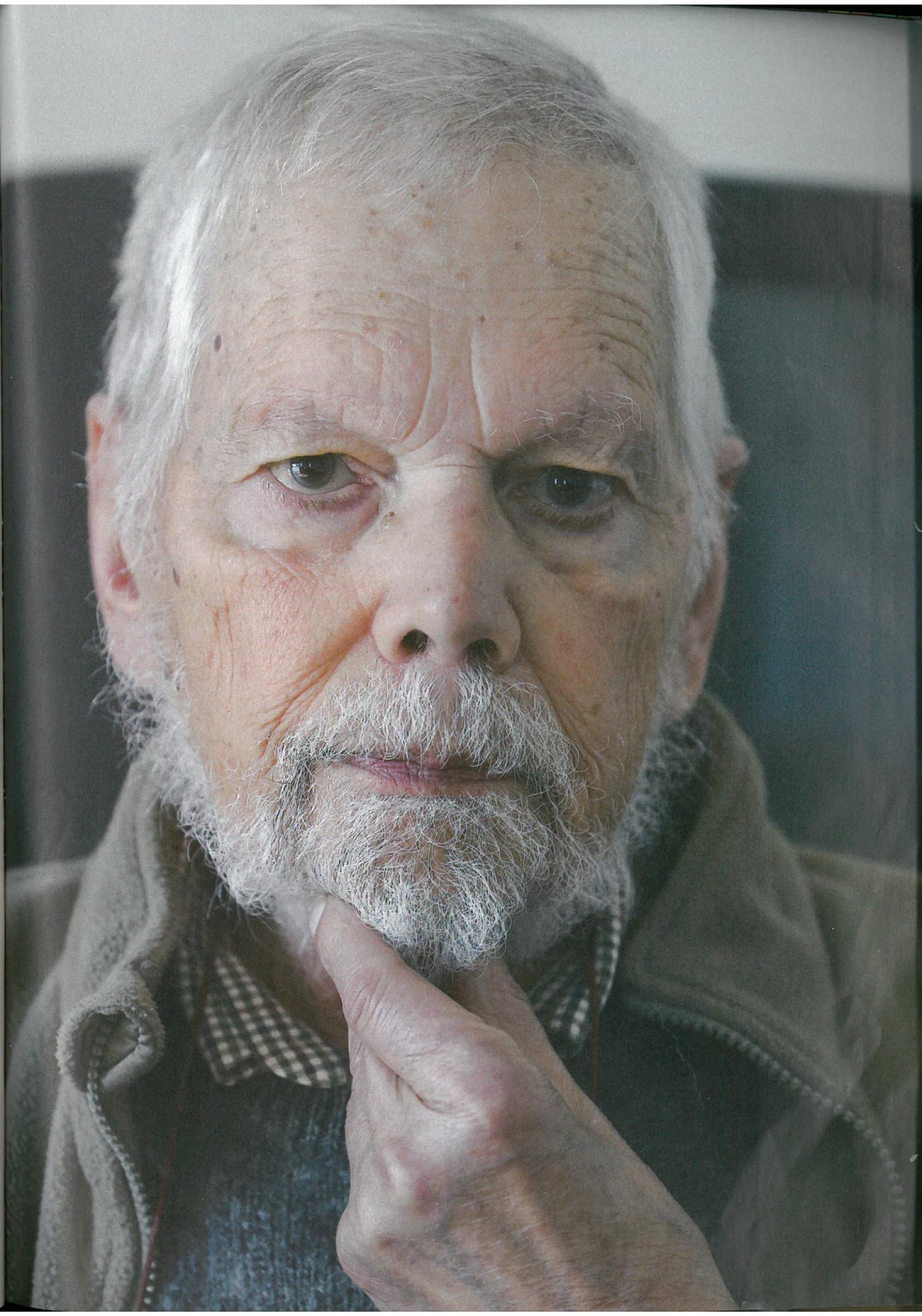
viveu a época muito conturbada que se seguiu. Contava-se na família que um irmão do bispo, também padre e sucessivamente pároco de várias paróquias, tinha sido alvejado a tiro por um republicano. Não sei o que se passou. O que eu sei é que esse tio de meu pai era a pessoa mais bondosa e liberal que se pode imaginar. Conheci-o muito bem, já reformado e sempre a conversar com a gente da aldeia na sua casa de família, onde costumávamos passar as férias do verão. Com estes antecedentes, não admira que meu pai fosse monárquico e que defendesse as ideias do Estado Novo. Detestava a desordem e a falta de educação. Mas foi ele que me ensinou a tolerância. Foi ele que me ensinou que todas as pessoas têm o direito a pensar e a ter as suas opiniões, políticas e outras, e que temos de as respeitar e conviver com toda a gente. Por isso tinha muitos amigos, alguns deles de ideias opostas às suas. Entre eles, um colega que esteve preso pela PIDE e, depois do 25 de Abril, foi governador civil de Leiria. Era muito amigo dele. O meu pai dizia-me que tinha tido conhecimento de que a PIDE ia a casa desse amigo, ver se encontrava algo para o acusar. Mas ele telefonou-lhe e disse-lhe: “Esconde essas coisas”.

Este livro deu dinheiro ao seu pai?

Os livros únicos deram-lhe, de facto, alguma coisa, o que lhe permitiu sustentar a família. Nós éramos oito irmãos, e a minha mãe nunca trabalhou. Mas quem lucrou com os compêndios não foi ele mas o Estado (não sei se o Ministério da Educação ou outro organismo). O meu pai queixou-se sempre disso. Recebia uma percentagem muito pequena. Por outro lado, era uma época difícil, sobretudo no fim da II Guerra Mundial. Lembrou-me que tínhamos de mandar vir umas coisas lá da Beira, batatas, azeite... Foi uma época dura.

Foi o trabalho do seu pai que lançou a semente do que viria a ser o historiador José Mattoso, e que só despontou após um longo período de germinação?

Creio que sim, mas o período de germinação não foi assim tão largo... Eu gostava muito do meu pai. Era de uma bondade quase inimaginável. Quando entrei para o liceu, tive uma nota negativa a matemática. Voltei para ca-



sa muito chateado – nunca tinha tido um chumbo –, e vi o meu pai, que vinha em sentido contrário. Quando ele me viu a mim disse-me: “Porque é que venstão triste?”. Lá contei porquê, e ele disse-me logo, para me animar, como se fosse realmente uma coisa sem importância nenhuma: “Deixa lá, da próxima vez recuperas”. Ele falava comigo, quando eu tinha sete ou oito anos, como com um interlocutor do mesmo nível dele. Queria saber o que eu pensava das coisas. Depois explicava-me, fazia os seus comentários, contava-me episódios e recordações.

Vinte anos de vida monástica surgem a meio do percurso que levou o jovem José Mattoso ao José Mattoso historiador. Olhando para trás, vê esse longo período como um interregno ou como um processo de construção?

Nitidamente, um processo de construção. Quando fui para o mosteiro, tinha um ideal e tentei viver esse ideal a sério, na minha vida monástica. Acabei por me incompatibilizar com os superiores, pois o que eles procuravam não era aquilo que eu procurava. Houve depois um outro projeto, com outros colegas envolvidos, que não se realizou, e eu então mudei de rumo: tentei viver uma vida cristã, segundo aquilo em que acreditava, mas vivê-la no casamento. Foi a altura do Concílio Vaticano II. Havia, digamos, um ideal e o sentimento de que se podia fazer alguma coisa para lhe dar realidade. Não era uma utopia. Acho que trabalhei muito nesse sentido. Depois, a Virgínia Rau convidou-me para ir para a Faculdade de Letras e continuei a minha vida por aí. Mas ainda foi ligado ao mesmo ideal que fui para Timor e estive lá cinco anos.

Esse projeto com colegas, que não se concretizou, era um projeto monástico, uma espécie de pequena reforma vossa?

Exatamente. Os mosteiros beneditinos, sobretudo os da Bélgica, a que eu pertencia, e os franceses (Solesmes, por exemplo), eram um rescaldo da vida monástica do século XIX, com uma liturgia muito solene, o canto gregoriano, uma grande pompa, etc. Parecia-me um ideal definhado, mas sentia-me mais seduzido pela vida de Charles de Foucauld, que vivia sozinho no deserto e nunca quis

fazer apostolado de espécie nenhuma. Depois da sua morte, formaram-se as fraternidades seculares inspiradas no seu exemplo, cuja forma de vida consistia em ir viver para um sítio pobre (por exemplo, um bairro de lata). O propósito era viver juntamente com os pobres e os trabalhadores, simplesmente, e dar um testemunho de vida, sem mais nada, sem querer influenciar ninguém. Portanto, encontrei as irmãs de Jesus, na Curraleira, e estivemos, eu e a minha mulher, muito ligados a elas. Esse projeto de vida monástica copiava, de certo modo, esse exemplo. Eu e os meus colegas queríamos fundar uma comunidade, perto de Lisboa, que estivesse junto das pessoas que tinham um ideal cristão próximo do Vaticano II.

Alguém me dizia que “monge a sério, autêntico, é o beneditino”. Percebe-se que isso era, um pouco, uma boutade, mas faz algum sentido para si?

Faz, porque as ordens mendicantes são fundamentalmente ativas. O seu ideal implica o apostolado, ou seja, o proselitismo. Isso faz parte da vocação mendicante, mas não da vocação beneditina. Também não coincide com o ideal monástico, que é contemplativo e místico. O ideal monástico tradicional é louvar a Deus, é a oração contínua, a meditação, a contemplação...

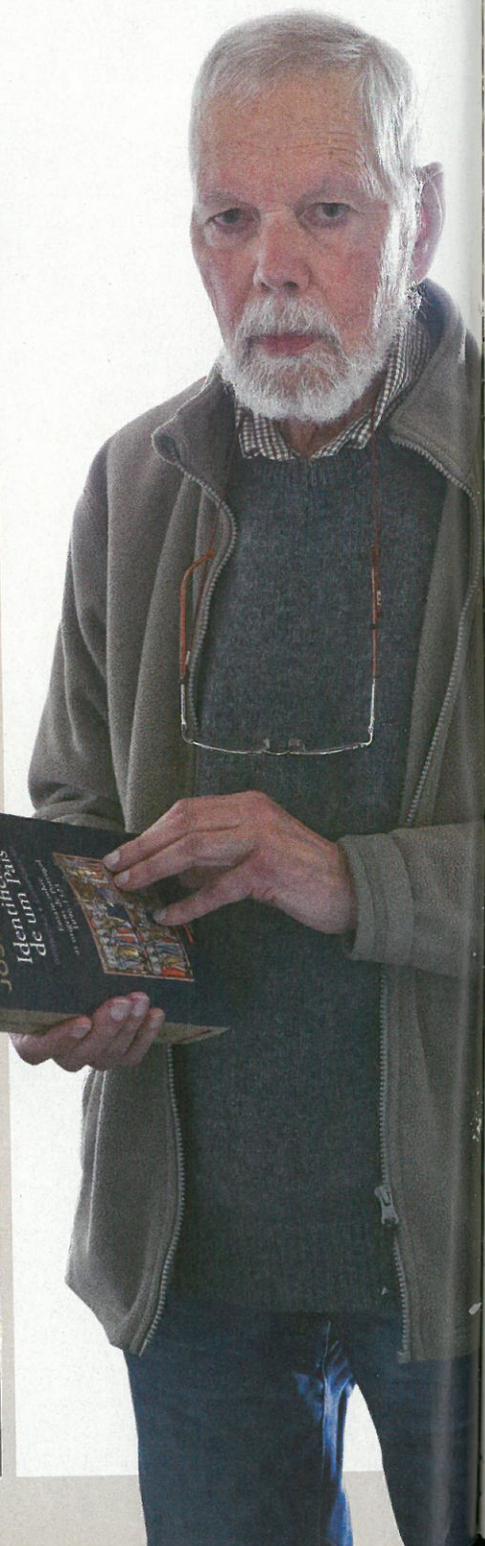
Quando fala na atitude contemplativa que o historiador deve ter, está, claro, a referir-se a algo diferente da busca interior vivida pelo monge. Mas essa experiência ajudou às experiências subsequentes?

Acho que sim. Quando eu falo no sentido poético da construção histórica, estou também a referir-me a uma visão global da realidade, na qual Deus está presente, que Jesus Cristo nos propõe como imitação do Pai.

Tornou-se medievalista por várias circunstâncias: o ser a época preferida do seu pai, o querer estudar a idade de ouro da sua ordem monástica e a inspiração recebida de um professor de História medieval. Enquanto professor, tentou, também, ser uma inspiração para os seus alunos?

Não, nunca quis influenciar ninguém.

José Mattoso, mostrando a sua biografia de D. Afonso Henriques, que vê como um retrato ainda inacabado



Achei sempre que o que é preciso é ser coerente consigo próprio. Nunca escondi a minha predileção pela Idade Média. Não para imitar ou ressuscitar uma época, mas para compreender um imaginário: digamos que para compreender os fundamentos de uma representação do mundo.

A seguir à Idade Média, que outra época o fascina?

[Longa pausa] Eu diria que não é uma questão de época, mas de tema, de visão, de perspectiva... [outra pausa]

O seu silêncio é significativo.

Tenho um grande fascínio pelo eremitismo. Este [mostra a fotografia de um monge] é o padre Manuel, de Singeverga, que morreu há poucos anos, que se fez eremita em Montserrat, que esteve no Japão e de quem eu era muito amigo. Éramos do mesmo ano. Foi eremita, mesmo, anos e anos. Eu nunca tive essa coragem. Pensei que não seria capaz, que era demasiado duro... Foi por isso que estudei os eremitas no século XII e é por isso que agora me sinto tão fascinado pelos Eremitas da Serra de Ossa. Pelo que já estudei, dá-me a impressão que estes eremitas têm alguma coisa a ver com a Peste Negra e a imensa crise que ela provocou na sociedade de então. Muita gente não tinha outro remédio senão ir para a floresta. Favoreceu o despojamento completo, o contacto com a natureza, a simplicidade, o dia-a-dia, a oração simples e direta... Essa simplificação total foi um bom antídoto contra a crise que a Europa teve então de superar.

Já disse, noutra ocasião, que foi um aluno sofrível, na juventude, que nunca quis ser um génio e que quis ser uma figura anónima. Como explica que a sua vida seja a contradição de tudo isso?

Não compete a mim explicá-la, nem sei o que é que foi a minha vida para as outras pessoas. Eu tento ser fiel a mim próprio, e penso que é bom, para todas as pessoas, serem fiéis a si próprias.

Vamos então aos tempos de Lovaina. Como era o ambiente quando lá chegou? Como foi encontrar Léopold Genicot? Como era ele?

Em primeiro lugar, gostei muito de ter contacto com aqueles universitários. Era um contacto muito próximo, muito dialogante, tanto da parte do Geni-

“Não compete a mim explicá-la nem sei o que foi a minha vida para as outras pessoas. Eu tento ser fiel a mim próprio, e penso que é bom, para todas as pessoas, serem fiéis a si próprias.”

cot como dos outros professores e dos alunos. Tínhamos um clube de História, e vinham, de vez em quando, professores de fora, que depois jantavam connosco, e conversávamos. Genicot fomentava isso, apesar de ser uma pessoa rígida e nem sempre muito simpática, mas que se percebia ser uma pessoa muito exigente. A universidade de Lovaina tornou-se para mim o modelo de uma atitude intelectual exigente, conciliada com uma vida religiosa profunda, e atenta aos problemas da atualidade.

Está a dizer que a sua passagem por Lovaina teve uma dimensão científica, mas, também, uma dimensão religiosa e pessoal?

Absolutamente. Eu estava no Mosteiro de Mont César, com os beneditinos, que tiveram um papel importante na minha vida. Conheci aí, por exemplo, D. Bernard Capelle, especialista da história litúrgica, e em Maredsous, também mosteiro beneditino, D. Cyril Lambot, especialista da lite-

ratura patrística, sobretudo dos sermões de Santo Agostinho. Por sinal, foi D. Cyril Lambot que me ajudou a corrigir o francês da minha tese de doutoramento. Foram eles que me ajudaram a conciliar a exigência intelectual com a profissão monástica.

O tema levou-o de cá ou foi negociado com Genicot?

O tema exacto, a história do mosteiro de Pendorada até ao fim do século XII, foi escolhido por mim e aprovado por ele. Quando eu lhe expus o material que tinha, ele disse: “Sim senhor, isso é um bom tema”. Depois, houve uma progressão pedagógica muito simples. De um só mosteiro passei a estudar todos os mosteiros beneditinos da diocese do Porto. Foi o tema da tese de doutoramento. Faz-me lembrar o que dizia ainda há bocado do Duby.

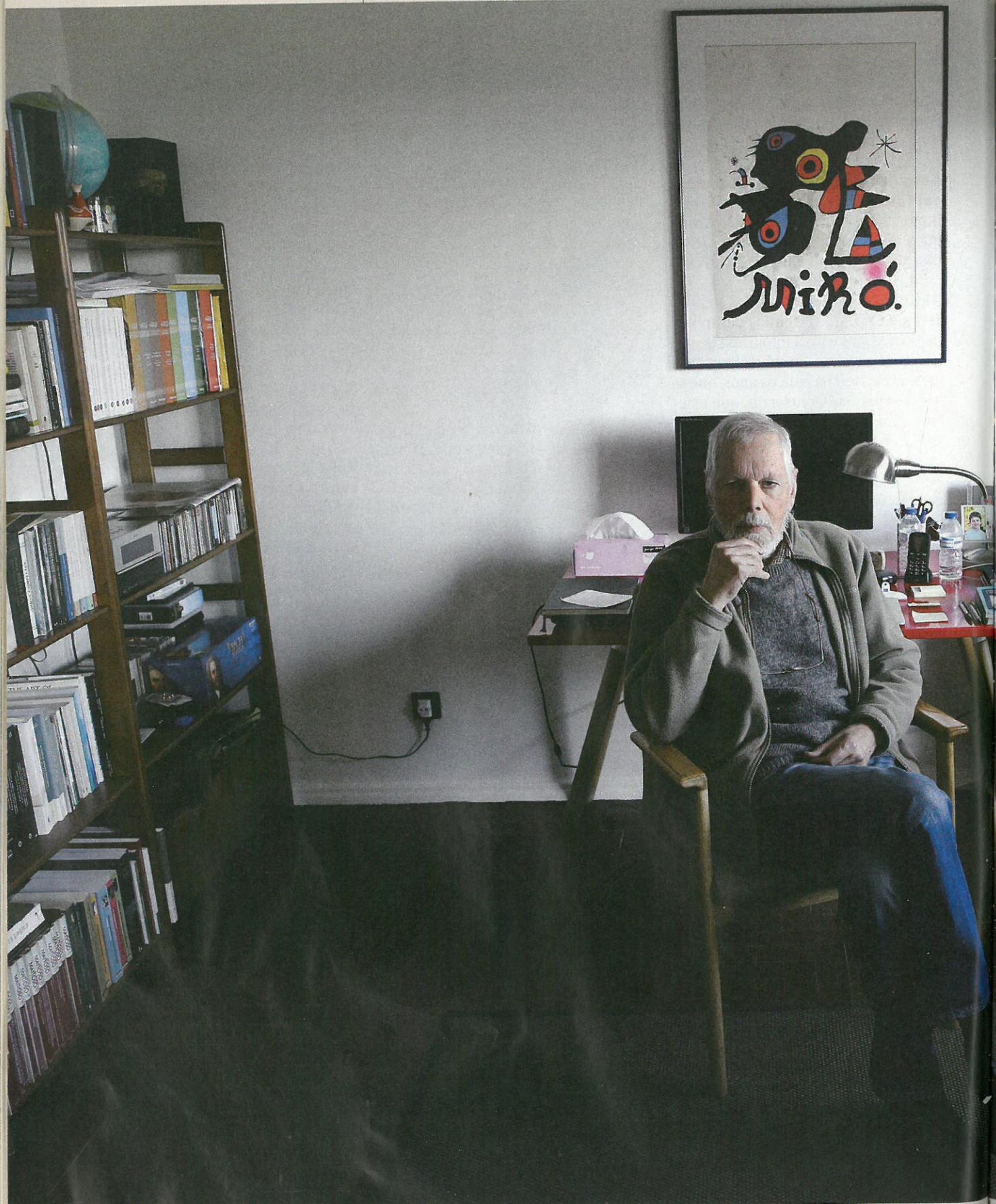
Na licenciatura em História da Fac. de Letras do Porto, damos um seminário em História medieval, em que apresentamos alguns percursos, e apresentámos o seu. E sublinhámos muito isso, o facto de haver uma coerência e uma progressão sempre lógica...

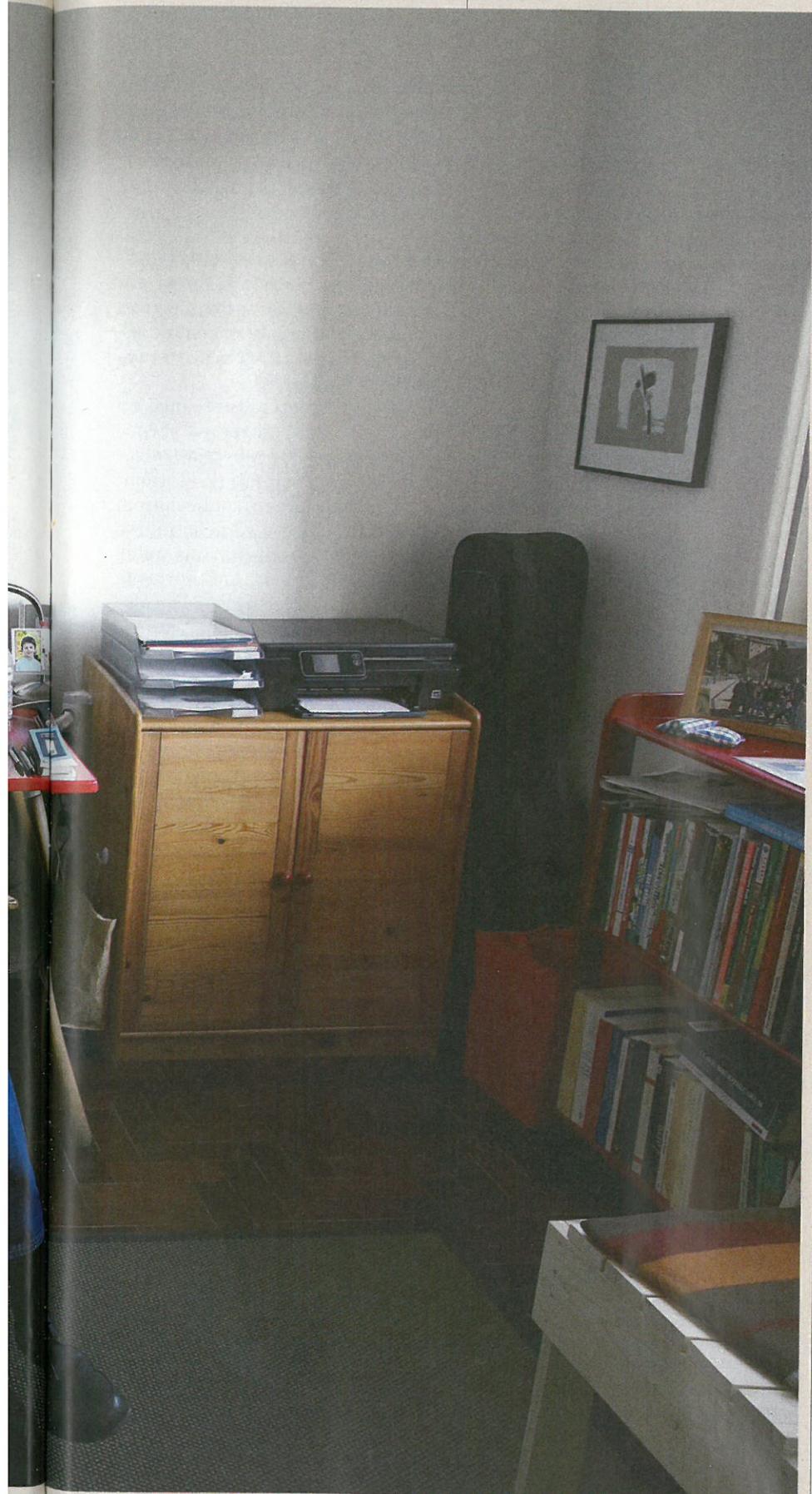
Sim, há uma razão de ser das coisas: é preciso encontrar essa razão de ser.

Quais foram os grandes professores da sua vida?

Genicot, inevitavelmente. Depois, Duby, mas só pelos livros. Não fui aluno dele. Em Lovaina tive outros professores excelentes, como Michaud, da época clássica. Falava com grande entusiasmo das coligações das cidades gregas, comparando-as com as coligações políticas atuais. Comparava sempre as realizações contemporâneas com os modelos clássicos. E fazia isso com um entusiasmo e uma convicção que se comunicavam aos alunos. Outro professor para mim muito importante foi Roger Aubert, que tem uma excelente história do pontificado de Pio IX que é um dos volumes da História da Igreja dirigida por Augustin Fliche e Victor Martin. Aubert, além de dar a história das instituições da Época Moderna, dava também, com grande pormenor, as origens do liberalismo católico, sobretudo as personalidades de Lamennais e de Montalembert.

Não há aí nomes portugueses de grandes professores?





Deixe-me ver...

Uma vez falou-me em Jorge Borges de Macedo...

Ah, mas eu não fui aluno do Borges de Macedo. Era um bom professor, muito exigente. Era opositor da Virgínia Rau, a minha patrona, digamos assim, e havia aqueles conflitos internos muito desagradáveis, em que ele também participou. Participei nos exames ad hoc a que ele presidiu e fiquei com a imagem de uma pessoa duríssima. Mas aprendi com ele. Depois, quando saiu o meu livro "Ricos-homens, infanções e cavaleiros", encontrei-o num sítio qualquer, e ele disse-me que tinha gostado muito do livro. Fiquei realmente muito orgulhoso... Mas não tivemos ocasião de desenvolver essa relação. Depois, sucedi-lhe como diretor da Torre do Tombo, onde assumi uma conceção arquivística completamente diferente da dele.

Virgínia Rau foi sua professora?

Não. Eu não tinha curso da universidade portuguesa...

Mestres portugueses, portanto, não há...

Só leituras. Como leituras... eu gostava muito da atitude que o meu pai tinha para com a História. Não falo na ideologia, falo no prazer de descobrir. Habituei-me desde muito cedo a separar uma coisa da outra. Acho que ele tinha uma capacidade de síntese realmente muito boa e sabia o que era importante e o que era secundário. Esta distinção entre o importante e o secundário foi sempre, para mim, um princípio muito importante.

Mas então, mestres de ler... Jaime Cortesão, não?

Não.

Nem António Sérgio, claro.

Sérgio não.

Pierre David?

Pierre David sim. Também convivi com, e fui sinceramente amigo dele, Torquato Soares, apesar de não poder aceitar as ideias dele acerca das origens de Portugal. Divergimos publicamente, sem que isso afetasse a nossa amizade. Outro dia, contaram-me uma coisa que eu não sabia. Numa sessão qualquer, em que ele estava, al-

guém referiu que “o José Mattoso diz isto assim e assim”, e ele respondeu: “Destas coisas ele é que sabe”. É preciso muita humildade para dizer isto em público.

Esteve para dar aulas em Coimbra?

Estive, e cheguei a dar história eclesiástica com o então padre José Antunes. Havia, naquela altura, o instituto de história religiosa, para leigos, e fui eu que dei a Idade Média, uma vez por semana...

Mas na Faculdade de Letras?

Sim, estava praticamente combinado com o Silva Dias, que nessa altura ficou com o poder nas mãos, que eu daria creio uma cadeira de que já não me lembro, da Idade Média. Mas, antes disso, morreu a Virgínia Rau, desapareceu a minha defensora, o poder ficou nas mãos do Borges de Macedo, e um dia ele chamou-me ao gabinete e disse: “O senhor anda por aí a defender umas teses marxistas de interpretação da história...”. Na mesma altura, a Prof.^a Lourdes Belchior também me chamou ao gabinete e disse: “Nós vamos rescindir o contrato. Procure outra coisa”. Nessa altura, estava em organização a Universidade do Minho, e o Prof. Lloyd Braga, que era o responsável disso, foi várias vezes a Braga comigo, e eu estava comprometido com ele... Entretanto, veio o 25 de Abril e as condições alteraram-se.

A sua primeira experiência como professor foi no Seminário Maior do Porto?

Não, não...

Deu ou não aulas ao futuro historiador Armindo de Sousa, de pintura ou de desenho?

Ah! Isso foi em Singeverga, ainda. Ele era miúdo, tinha 12 ou 13 anos.

Mas o Prof. Mattoso pintava bem, ou desenhava?

Sim, eu desenhava algumas coisas, numas revistas lá de Singeverga...

Mas parou?

Sim, praticamente parei.

Por nada?

Em Singeverga, fiz alguma coisa, mas depois acabei por parar. Eu dava aulas de desenho aos seminaristas e, de vez

em quando, vinha com eles cá para fora, e eles desenhavam a paisagem. E sempre admirei muito o talento do Armindo.

Indo para a Faculdade de Letras de Lisboa, indo para a Universidade Nova... Gostou de ser professor? Estava mais à vontade numa sala grande, com muita gente, ou numa sala pequena, com um pequeno seminário?

Eu sempre fui muito tímido e tinha dificuldade em encontrar a palavra certa. Não sou nada um orador, tenho de pensar antes das coisas que digo. Por isso, costumava dizer que só sabia escrever, não sabia falar. Esse quase horror de falar às pessoas acompanhou-me desde que fui para Singeverga, na minha vida, até hoje, até agora, que estou aqui a falar convosco! Sentir-me num palco e ter de falar para aquela gente toda, por vezes sem encontrar a expressão, foi realmente uma dificuldade que eu tive sempre e continuo a ter. Mas também gostei sempre muito de dialogar com os meus alunos. Portanto, o ambiente de seminário era aquele em que eu me sentia mais à vontade.

Tentou alguma vez criar escola? O que sente quando várias pessoas se reclamam seus discípulos?

Fazer escola, propriamente, não. Pensei sempre que o próprio é que sabe melhor aquilo que gosta de fazer, como gosta de fazer, e o que é preciso é criar condições para ele realizar ao máximo as suas capacidades. Sempre subordinei a escolha dos temas que eles estudavam, no doutoramento, a partir das propostas deles. Acontece que tive a sorte de ter um pequeno grupo inicial de doutorandos que estudaram aspetos complementares da história da nobreza: a Leontina Ventura, depois o António Resende de Oliveira, o Luís Krus, o Bernardo de Vasconcelos e Sousa, o José Augusto Pizarro. Tudo isto formou um conjunto com uma certa coerência. O que fizemos foi a história da classe social dominante. Sem falsa modéstia, creio poder dizer que antes de mim não existia em Portugal nenhuma história social. Vitorino Magalhães Godinho tem aquele verbe no Dicionário de História de Portugal, mas não se pode considerar aquilo uma verdadeira história social. Nem o Oliveira Marques, apesar de ter escri-

to a “História da Sociedade Medieval Portuguesa”.

A “História da Sociedade Medieval Portuguesa” não é uma história social, é história do quotidiano...

Do quotidiano, exatamente. Digo estas coisas com modéstia, mas acho que são verdade.

Sempre andou muito em volta da história religiosa, história da Igreja, em várias dimensões. Tem acompanhado e tem uma opinião sobre a história religiosa que se está a fazer, neste momento, em Portugal?

A partir de uma certa altura o meu pai teve o sonho de escrever essa história para ser uma espécie de atualização da História da Igreja do Fortunato de Almeida. Tinha-o conhecido em Coimbra, foi, até, relativamente íntimo da família dele, e admirava-o muito. Achava que era precisa uma nova história religiosa de Portugal. A do padre Miguel de Oliveira era apenas um resumo demasiado elementar. Ora, o sucesso da “História de Portugal” levou o Círculo de Leitores a convidar-me para fazer uma História da Igreja em moldes semelhantes. Não quis. Achava que tinha de ser uma história produzida pelas instâncias oficiais da Igreja.

Disse isso? Porque é que achava isso?

Porque a Igreja tem de se conhecer a si própria e tornar-se responsável pela maneira como cumpriu, ou não, o mandato de Jesus Cristo. A Igreja soube criar uma Universidade e criar um Centro de Estudos de História Religiosa. Este Centro é um centro de investigação. A Universidade deve integrar os seus resultados numa História verdadeira, não pode misturar as crenças e milagres com o que realmente foi ou com uma história apologética contra os ataques anti-clericais, que em Portugal vêm de muito longe.

Um dicionário de História da Igreja que não inclui personalidades, por exemplo...

É uma espécie de desenvolvimento do Miguel de Oliveira, não é?

Mas, então, ao dizer que devia ser a Igreja a fazer, está a pôr-se menos na posição do historiador e mais do cren-te que diz “a Igreja não pode fugir a isto e tem de ser ela a fazer; e tem de

aprender, se não sabe fazer bem"... É um pouco isso?

É exatamente isso.

Por exemplo, o general Themudo Barata dizia que, para a História militar se tornar científica e credível, tinha de sair dos quartéis e passar para as universidades. Está a dizer que no caso da Igreja não é assim?

Mas não com o discurso único, não com uma versão "oficial". Ou seja, a versão "oficial" também tem de ser historiograficamente rigorosa, para ser credível. Foi esse um dos tristes aspetos da controvérsia entre a Igreja e o liberalismo anticlerical. À violência racionalista dos liberais e republicanos a Igreja só soube responder com retórica e anátemas.

Qual é, neste momento, a sua relação institucional com a Igreja?

Leiam as crónicas do Frei Bento Domingues. É o meu modelo. É a encarnação da liberdade interior, de uma convicção absoluta, ou seja, de fé, de uma inteira independência em relação às instituições, de bom humor, de alegria. Ainda por cima, com uma erudição teológica muito segura, com uma inteira assimilação da teologia de S. Tomás de Aquino, que não posso deixar de admirar.

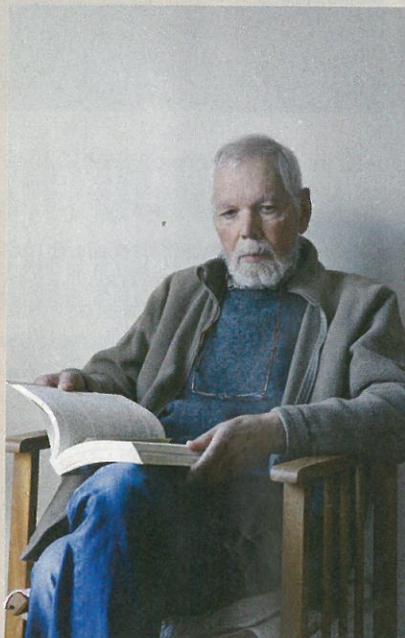
E José Tolentino Mendonça?

Também, mas não tem a liberdade total.

Uma vez, apresentou em Leiria uma comunicação sobre as cortes de Coimbra e disse que estava a abrir uma exceção, pois estava a sair do seu período e não gostava nada disso. Vai para Timor e escreve a biografia de Konis Santana: grande exceção! Porquê?

Há uma razão muito objetiva: o facto de o Xanana Gusmão me ter encarregado de classificar, e ordenar os papéis de Konis Santana encontrados em Ermera. Verifiquei que havia ali os dados necessários para fazer uma pequena biografia. Mas isso, que eu pensava, no início, ser um artigo de revista ou qualquer coisa assim, foi-se transformando numa biografia. Só depois é que percebi a importância dele numa das fases mais dramáticas da guerrilha. O livro é o meu testemunho de admiração não só pelo Konis mas também por todos os guerrilheiros.

"Tenho uma gratidão muito grande pela bondade do meu pai. Quando penso que Deus é pai, é porque Deus imita o meu pai."



E que não era muito conhecido...

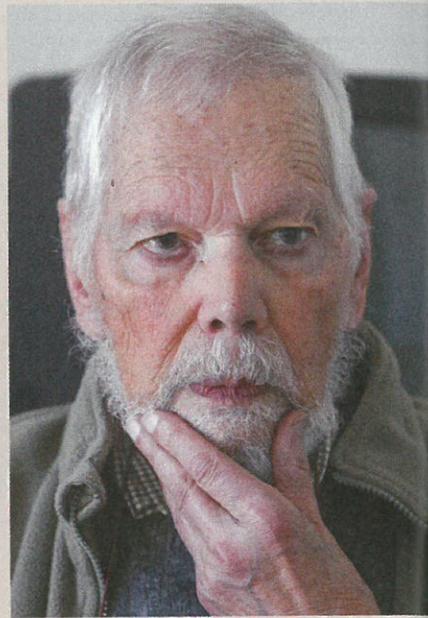
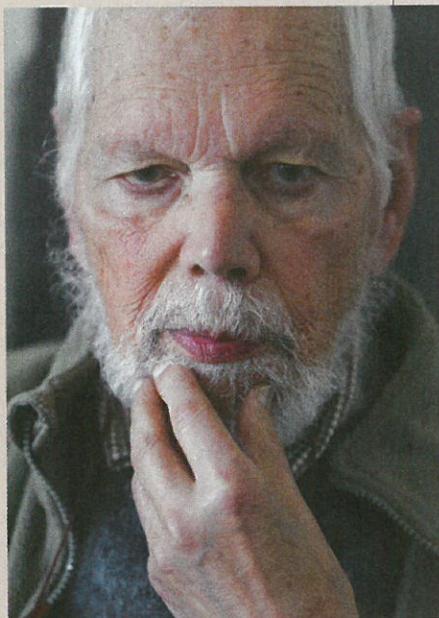
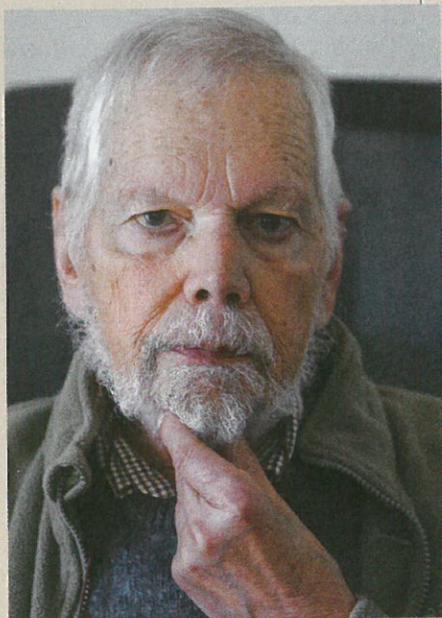
Não... Mas foi ele que aguentou a guerrilha, na fase final, quando aquilo já estava tudo em pantanas.

Porque entendeu ter uma intervenção cívica ativa, política, que balanço faz dela e o que é que, nesse percurso todo, significou o encontro com Maria de Lourdes Pintasilgo?

Bom, a Maria de Lourdes Pintasilgo foi assim uma espécie de clarão luminoso de esperança, que logo se viu desfadado da realidade. Como se em si mesmo estivesse certo e simples, mas sem ninguém, ou quase ninguém, para o realizar. Tinha uma inteligência superior, uma coragem enorme, pessoas muito dedicadas, mas estava quase sozinha, sem os auxiliares necessários para dar realidade aos seus princípios. Colaborei com o Graal, embora apenas em tarefas secundárias. A tarefa dela estava a um nível muito superior ao meu, o de um cristão como outro qualquer. Também nunca me senti com capacidade para criar grupos, para lideranças. É isso que envolve essa atitude cívica. A minha participação foi sempre muito modesta, nunca fui chefe de coisa nenhuma.

Dois personalidades da historiografia que o marcaram e já não estão entre nós: Luís Krus e Armindo de Sousa. Que é que podia dizer sobre eles?

O Luís Krus era uma personalidade realmente única. À primeira vista era muito simples, quase como uma criança alegre e que gostava de brincar. Tinha um grande sentido de humor. Como gostava das narrativas medievais, gostava também de cinema e de música, descobria textos inesperados, temas originais, eu sei lá... Lembro-me da surpresa com que li a tese dele, porque nunca tinha pensado que o lugar em que se vive pode ter um significado social e simbólico. A demonstração consistia em começar por apresentar um mapa com os lugares citados em cada um dos livros de linhagens e relacioná-lo com a posição social e ideológica dessa mesma linhagem. Verificasse, então, que o lugar tem um significado próprio e se reflete nos episódios contados, na relação com o rei ou com a guerra da Reconquista, etc. O Luís teve a paciência de verificar tudo isso ao pormenor. Algumas vezes, a sua exposição parece ter ficado inacabada, co-



mo acontece, por exemplo, no artigo sobre os Trastãmaras. Por outro lado, o Luís Krus era um colega estupendo, de uma enorme simplicidade, generoso, pacificador, persistente, discreto, eu sei lá. Como era muito discreto, acontece que na ocasião nem dávamos por isso. Algumas coisas vêm à memória hoje, anos depois de ter morrido.

Também era extremamente tímido.

Sim, mas muito corajoso. A tarefa que ele assumiu de construir o Instituto de Estudos Medievais implicou numerosos contactos e conversas com colegas nossos e de outros departamentos, sempre com muita persistência. Devo dizer que nessa altura eu era vice-reitor e depois diretor da Torre do Tombo, e por isso não tive nenhum papelativo. Dei o meu apoio, mas interferi o menos possível, para manter a iniciativa dos meus colegas. A seguir, também assisti de longe, de Timor, a todas essas movimentações. Depois da morte dele, a Amélia Aguiar Andrade tomou conta do Instituto, e fê-lo, e está a fazê-lo muito bem. Ela é excelente para conseguir resolver problemas burocráticos, mesmo que deem muito trabalho. Nas universidades, estas coisas não são simples. Formam-se clãs, grupos, cumplicidades... Mas o Luís superou tudo isso com um sorriso, com uma bondade espantosa.

Foi um discípulo seu que o mudou, a si?

A expressão não me parece clara, mas acho que sim. Quanto mais recordo o

Luís Krus, mais me espanto com a personalidade dele.

Ele deu-lhe a descobrir coisas no campo do cinema, da música...

Sim, sim... Foi ele que me deu os creio que onze discos da versão original dos Carmina Burana, muito diferente da versão moderna de Carl Orff, e foi também ele que me deu a ouvir os cânticos latinos de Santa Hildegarda.

Éo Armindo de Sousa?

O Armindo é mais complexo. Tinha uma escrita que eu nem sempre achava muito simpática. Preferia uma escrita sem comentários à margem, menos coloquial, etc. Mas ficava espantado com a quantidade de pormenores que ele ia descobrir e com a sua enorme capacidade de trabalho. Por detrás daquele artigo sobre o abade de Santo Tirso há uma pesquisa incansável. É o que acontece também no trabalho verdadeiramente detetivesco sobre a morte de D. João I. E estou muito grato ao Armindo por ele ter aceitado escrever a segunda parte do segundo volume da História de Portugal, sobre os séculos XIV e XV, que ele conhecia bem, depois de ter escrito a sua tese de doutoramento sobre as cortes régias desse período.

Se um jovem, hoje, terminado o secundário, chegasse à sua beira e dissesse: "Eu gostava de ir para História". O que é que lhe dizia?

Aguenta-te no balanço! Aquilo que nos

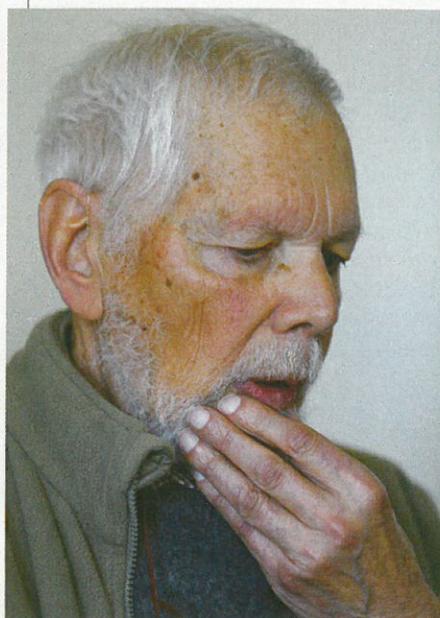
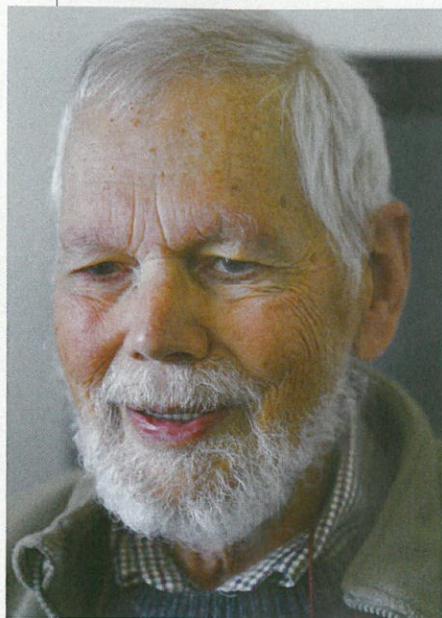
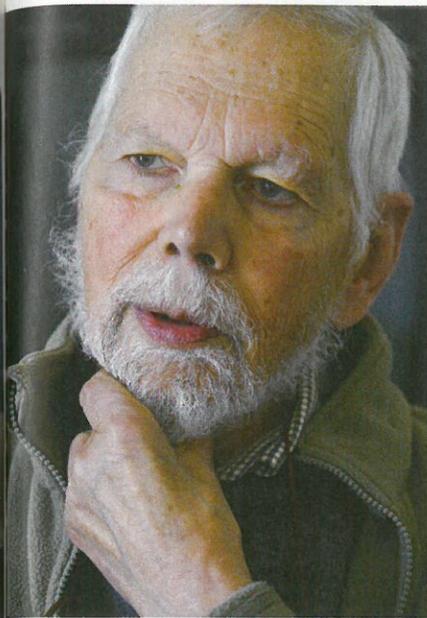
pagam para fazermos esta função, para sermos professores de História, é muito pouco para a responsabilidade e o trabalho que dá comunicarmos o nosso gosto pela História. São precisas grande persistência, grande força de vontade e grande convicção para se trabalhar nesta área.

Mas diria isso ao jovem? "Se gostas, vai"?

Se gostas... É esse o problema. Gostar tanto da História que nada possa pagar esse gosto. Ensinar História por dever ou por penitência é pior do que não fazer nada, porque o que então se aprende desaparece no dia seguinte. Por isso não se deve persuadir ninguém a seguir o curso de História. Mais vale ganhar a vida de outra maneira. Só gostando se pode ter convicção, jeito, talento, originalidade... Também é um pouco assim para as outras profissões. Mas acho que na História e na literatura essa conjugação é maior ainda.

Há um ano ou dois, Adriano Moreira, ao perguntarem-lhe que imagem gostaria que dele ficasse, respondeu: "Gostava que os meus filhos tivessem de mim a imagem que eu tenho dos meus pais". Assina esta resposta?

Totalmente, totalmente. Tenho uma gratidão muito grande pela bondade do meu pai. Quando penso que Deus é pai, é porque Deus imita o meu pai. E a minha mãe também, de outra maneira, com uma grande presença, com uma grande dignidade.



“HISTÓRIA DE PORTUGAL FOI VENDIDA COMO QUEM VENDE LATAS DE SARDINHAS”

A “História de Portugal” que dirigiu, há 20 anos, é um dos maiores sucessos editoriais de sempre na área da historiografia. Isso surpreendeu-o, na altura? Que pensa dela hoje?

Eu procurei explicar isso no prefácio que escrevi para a edição mais recente. Em primeiro lugar, não estava preparado para ser eu o responsável, o centro das atenções. Mas pensei assim: é indispensável haver uma História de Portugal decente; eu sou capaz de fazer a *Idade Média*, mas o resto, não. Se não tiver alguém que eu admire e com quem concorde, para fazer, pelo menos, um dos outros volumes, não posso aceitar essa responsabilidade. Por isso, exigi como condição ao Círculo de Leitores que o Prof. Romero de Magalhães fosse o autor do volume da *Época Moderna*. Depois tive a sorte de poder contar com o Prof. Hespanha para o século XVII e com o Rui Ramos, que acabava de terminar a licenciatura, para o fim do século XIX e o princípio do século XX. São, esses, pelo menos, os autores que considero mais sólidos do ponto de vista his-

toriográfico. Creio que renovaram de facto a historiografia portuguesa desses períodos. É verdade que a obra tem também as suas fraquezas. Deixo aos leitores o cuidado de julgar por si próprios o valor que atribuem a cada um dos volumes. Seja como for, creio que a obra contribuiu, de facto, para a renovação da historiografia portuguesa contemporânea.

As obras coletivas são sempre desiguais...

Se uma pessoa não ceder, nessas ocasiões, nunca faz nada. Não sou nenhum demiurgo, não faço a História ideal, fiz aquela que consegui fazer com pessoas em que acreditava e que admiro. O processo que utilizei é muito simples: um autor para cada época, e ele que escolha os seus colaboradores. Não garante a coerência daquilo tudo, mas garante a qualidade. O sucesso da História deve-se, também, à conjuntura em que foi publicada. Em Portugal, apesar de as ideologias serem tão enganadoras e terem programas tão discutíveis, e apesar

de as suas dimensões serem reduzidas, os portugueses têm uma grande confiança na História. Houve um inquérito feito no ICS, pelo Augusto Sobral e o Jorge Vala, que mostrou a importância que os portugueses atribuem à História. É, se não me engano, a mais alta da Europa.

Está a falar em confiança na História ou na historiografia?

Estou a falar da História de Portugal, do passado do povo português. Há um desejo de conhecer o passado, de saber como é que foi. A “História de Portugal” foi vendida um pouco como quem vende latas de sardinhas, pelos delegados do Círculo de Leitores. Apesar do preço, era comprada por toda a gente. Lembro-me do dono de uma mercearia da Penha de França, que se gabava da quantidade de volumes que já tinha vendido. Vinham muitas pessoas pedir autógrafos. Quando eu perguntava se já tinham lido alguma coisa, diziam que não, mas era para os filhos lerem. Creio que ficavam na prateleira da estante. Toda a gente gostava de os ter ali, na sala de visitas. Acho que lhes dava uma grande confiança.

Apropriada coleção, enquanto objeto, ganhou um valor simbólico...

E depois também as gravuras, o volume... tudo isso contribuiu para o sucesso. Na altura, o Círculo de Leitores tinha financiamento alemão, do grupo Bertelsmann: eles ficaram espantados por a obra atingir aqueles números e até pensaram em traduzi-la para alemão.



“É IMPORTANTE ESCREVER DE FORMA CLARA, DIRETA”

O que leu recentemente, o que está a ler, o que tem em espera? Gosta mais de prosa ou de poesia? Há “os livros da sua vida”?

Li recentemente a “História Religiosa do Ocidente Medieval”, do Garcia de Cortazar, que é um livro notável, absolutamente notável. Li também um conjunto de artigos sobre Diego Gelmírez, o arcebispo de Compostela, que mostram a sua espantosa personalidade, sobretudo o artigo notável de Fernando López Alsina com uma interpretação genial das iluminuras do Liber Sancti Iacobi e do Codex Calixtinus na sua conjugação com as obras da catedral. Li outras obras e artigos que me interessaram, mas a minha memória está cada vez pior, e não consigo recordar nada em especial.

Só lê história medieval?

Não, não. Li o José Luis Peixoto, li alguma coisa do Gonçalo M. Tavares, li bastantes coisas do José Tolentino Men-

“DESEMPREGO DE CIENTISTAS É HUMILHANTE”

Há hoje uma geração muito numerosa e muito bem preparada de jovens mestrandos, doutorandos, doutorados ou pós-docs, que andam a lutar por bolsas e projetos aos 30, aos 40 anos... E as universidades não estão a arranjar lugares para eles. Não há aqui o perigo de se criar um hiato em que a nossa geração desaparece e não houve uma preparação natural para uma substituição?

Estou perfeitamente de acordo. Tão simples como isso. Mas há algumas conotações que me parecem preocupan-

doça, leio fielmente o Frei Bento, todas as semanas...

Lê poesia?

Assim sistematicamente, não. Releio o Ruy Belo muitas vezes. Sophia de Mello Breyner Andresen, também... Fernando Pessoa já não leio. Na altura em que o li, fiquei muito apaixonado, mas depois achei que havia qualquer coisa de frio na fonte da sua poesia.

Qual é a sua relação com o ato de escrever? Tem um estilo, tentou trabalhar-lo, sente que ele evoluiu?

Um estilo pessoal, não. Não sei o que é isso. Mas cuidado na escrita, busca do rigor, da precisão, da coerência e da cadência do discurso, isso sim. Para mim, é muito importante escrever de uma forma clara, simples, direta, quase no grau zero de estilo. Simplificação máxima, mas com rigor.

E como é que conjuga isso com os símbolos e as metáforas?

Isso é a coisa mais simples que há. A força simbólica brota por si mesma, da própria escrita, como um todo, não peça a peça. Não sei, mesmo, se posso chamar a isso símbolos e metáforas. Procuo sobretudo a unidade, a coerência. Claro que não sei se chego a encontrá-la, mas o que tento é transmitir

tes. Uma é que o mestrado tem um período demasiado curto, com um tipo de exigências que obrigam o aluno a reduzir a investigação. Daí que a maior parte das teses de mestrado tenham objetivos muito limitados.

E os atuais doutoramentos?

Custa-me encontrar uma linha comum, uma tendência exata. Entre outros efeitos perversos fazem com que muitos dos investigadores, depois do doutoramento, se tornem verdadeiros cientistas, mas, terminada a bolsa, se vejam no desemprego. Assim quebra-se o progresso da investigação científica em Portugal. A situação dos cientistas sem emprego é particularmente humilhante.

Outra das tendências atuais nas ciências sociais e humanas, em particular na História e muito em Portugal, é

ao leitor o que eu próprio sinto. Na biografia de Afonso Henriques, por exemplo, não podia fazer aquilo a que se chama um retrato. Pareceu-me, então, que a melhor maneira era mostrar como se articulavam as várias peças de que foi feito, ou seja, aquilo a que chamei “os três rostos”. Na verdade não são apenas três. Também nenhum deles está completo... Aproveito para dizer que o retrato final não está acabado. Há facetas enganadoras, informações incorretas, lacunas, etc. O retrato precisava de uns retoques.

O título “Identificação de um País” foi-lhe sugerido pelo filme de Antonioni “Identificazione di una donna”. Escolheu-o por ter sido tocado pelo filme?

É evidente que me tocou. Percebi que isto de identificar uma pessoa nunca é totalmente possível. Nós vamos construindo, com bocados que se vão conhecendo e começam a mostrar uma personalidade diferente daquela que se viu inicialmente. Assim é, também, com um país, metaforicamente falando. A compreensão do outro é feita com base em determinadas observações, que se vão conjugando, para tentar construir na minha mente a personalidade desse outro. Sem esquecer que o outro também evolui, também se vai transformando.

o domínio sufocante das leis das ditas ciências exatas, por um lado, e das práticas anglo-saxónicas: quase obrigatoriedade de escrever em inglês e de publicar em revistas inglesas, boas ou más, a arbitragem cega, a urgência de publicar muito e muito depressa, os índices das revistas, o número de citações, os rankings... Acha que estou a ver bem? Sentir-se-ia bem a trabalhar num ambiente destes?

Claro que não. Isso retrata bem as distorções da produção científica universitária, no atual regime das bolsas. Uma tese de doutoramento nas ciências humanas requer condições e métodos muito diferentes das ciências exatas, a começar pelos critérios de classificação dos projetos. Todavia a Fundação para a Ciência e a Tecnologia persiste em manter os mesmos critérios para todos, sejam de ciências, sejam de humanidades.

O eremita na ribalta

Perfil

Mattoso é um apelido destinado a marcar gerações da melhor forma que tal pode ser feito, sem que os protagonistas se ponham em bicos de pés. Tal seria completamente contrário ao ideal de vida de José João da Conceição Gonçalves Mattoso, nascido em Leiria há 83 anos, o mais reconhecido historiador português contemporâneo. Filho de António Gonçalves Mattoso, autor dos densos compêndios de História pelos quais estudaram, ao longo da vigência do Estado Novo, os estudantes liceais, José Mattoso recebeu no berço a semente do historiador, mas só em idade adulta a fez germinar. A vocação primeira foi a vida monástica. Ingressou aos 17 anos na comunidade beneditina de Singeverga, e aí viveu dois decénios como Frei José de Santa Escolástica. Não é coisa pouca; foi um período bem consentâneo com a personalidade do grande medievalista, que sempre quis uma vida de contemplação e busca interior, acabando por ser empurrado, pelas circunstâncias do trabalho posterior, para uma visibilidade que nunca desejou e na qual jamais se sentiu à vontade. O paradoxo estará no facto de ter deixado o mosteiro por ali não encontrar o modelo ascético que idealizava e de, ao tentar aprofundá-lo, tanto ao estudar as origens da sua ordem como, depois, ao regressar à vida laica, se ver mergulhado na vertigem mundana da notoriedade, dos prémios, das honrarias, dos cargos. Tal é, todavia, mera aparência: o contacto pessoal mostra facilmente que, no seu íntimo, nunca desapareceu o eremita que não teve coragem de ser. Terá sido a ida para a vetusta universidade católica de Lovaina (Leuven, em neerlandês, Louvain, em francês), onde se doutorou, em 1966, com uma tese intitulada "Le Monachisme ibérique et Cluny: les monastères du diocèse de Porto de l'an mille à 1200" (O monaquismo ibérico e Cluny: os mosteiros da diocese do Porto do Ano Mil a 1200), que o levou a uma viragem radical. O conhecimento das raízes do monaquismo, associado a uma longa reflexão, fê-lo aperceber-se de que não vivia no ideal monástico que preconizava, o que o fez renunciar aos votos e dar novo rumo à vivência cristã. Mas outro golpe do acaso conduzi-lo-ia ainda mais para a vida que lhe conhecemos: o convite feito por Virgínia Rau para dar aulas de História medieval na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. E outro acontecimento imprevisto, o 25 de Abril, numa altura de impasse profissional, criou as condições para que lhe fossem abertas as portas da Universidade Nova de Lisboa (fundada em 1973), onde cumpriu o essencial da carreira docente. Aí ascendeu à cátedra, tendo chegado a ser vice-reitor da instituição. Autor de vasta bibliografia, historiográfica e ensaística, em que avultam títulos como "A nobreza medieval portuguesa", "Poderes invisíveis", "Naquele tempo", "Ricos-homens, infanções e cavaleiros" "Fragmentos de uma composição medieval" ou "Identificação de um país" (Prémio de História Medieval Alfredo Pimenta, em 1985, e prémio de ensaio do P.E.N. Clube Português), foi talvez por dirigir uma monumental "História de Portugal", para o Círculo de Leitores, que adquiriu maior notoriedade. A obra, um avanço notável em termos historiográficos, foi favorecida por múltiplas circunstâncias, com destaque para o sistema de difusão em clube do livro, que a tornaram no projeto coletivo português mais vendido de sempre na área. Mattoso, que dirigiu outras obras coletivas e redigiu a biografia de referência de D. Afonso Henriques, foi, em 1987, o primeiro galardoado com o Prémio Pessoa. Entre os cargos que ocupou, avultam o de presidente do Instituto Português de Arquivos (de 1988 a 1990) e o de diretor da Torre do Tombo (de 1996 a 1998). Num outro momento de desconcertante rutura, viveu cinco anos em Timor-Leste, coroando essa experiência com a publicação da biografia de um dos menos conhecidos líderes da resistência: "A Dignidade: Konis Santana e a resistência timorense". Atualmente, a um outro ritmo, sempre o seu, José Mattoso continua a trabalhar, a estudar. A vasta biblioteca que acumulou, ao longo de anos, ficou lá para trás, doada ao Campo Arqueológico de Mértola. Vive hoje num pequeno apartamento cheio de sol, rodeado apenas do essencial. Bastar-lhe-ia uma cela monástica, bastar-lhe-ia o eremitério que o fascina. Tivesse ele dado esse passo e, provavelmente, não estaria nestas páginas. Bastar-lhe a paz interior, mas da janela da sala vê a imensidão do oceano. Isso também ajuda.

